

PROGRAMA FLORESTAL BRASIL

DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTADO

APRESENTAÇÃO

Diante o cenário mundial das mudanças climáticas, o progresso da humanidade se vê desafiado a superar as seguintes questões:

"Como alcançar a justiça social e o desenvolvimento econômico, sem com isto provocar o aquecimento da Terra e a exaustão dos seus recursos naturais? Como absorver a necessidade de consumo de nove bilhões de habitantes até o ano de 2.050, em um planeta com recursos naturais finitos? Como fazer a transição do atual modelo econômico extrativista, para um modelo sustentado em matéria-prima renovável? Como transformar a pobreza rural, a degradação florestal e as mudanças climáticas em uma tremenda oportunidade de negócios?"

Pois é frente a este quadro, que o Programa Florestar Brasil se propõe a adequar a necessidade de produzir matéria-prima renovável, com a de gerar trabalho e renda no campo. Toma como princípio, o fato da "floresta" ser a única fonte de matéria-prima 100% renovável, capaz de suprir a escala da demanda do consumo mundial, desde que antes ela seja devidamente plantada e manejada.

O Programa Florestar Brasil adota como mecanismo operacional, a nova redação do Código Florestal, quando ela "desobriga as propriedades agrícolas de até quatro módulos rurais, de recomporem a sua Reserva Legal (RL)", viabilizando que tal prática seja caracterizada como "adicional de valor, no mercado de títulos por prestação de serviços ambientais".

Promove o desenvolvimento rural sustentado brasileiro, a partir da recomposição florestal na "Reserva Legal" das propriedades rurais de até quatro módulos, e o faz pela obtenção de financiamento, junto ao mercado mundial de "títulos ambientais".

A partir desta estrutura, o Programa Florestar Brasil almeja recompor um passivo de 30 milhões de hectares de RL e APP nas propriedades com até quatro módulos rurais, plantando 75 bilhões de árvores em Sistemas Agro-florestais (2.500 árvores/ ha.) para arrecadar cento e vinte bilhões de dólares em "crédito de carbono" (US\$ 4.000,00/ ha), totalizando uma captação de Cento e vinte bilhões de dólares em ativos sócio-ambientais, com a finalidade de financiar o equipamento e a capacitação rural em mais de quatro milhões de pequenas propriedades. Conta com o apoio das diversas organizações do campo, e outros segmentos da sociedade, como instrumento adequado para resolver as questões relativas à inclusão social, promoção florestal, e mudanças climáticas, fundando um novo paradigma de desenvolvimento sustentado.

HISTÓRICO:

O Programa Florestar Brasil nasceu no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo, como ferramenta de negociação entre o sindicato da agricultura familiar local, e o órgão ambiental do Estado, na luta pelo direito de milhares de famílias "caiçaras" permanecerem lavrando as suas terras, em sistemas agro-florestais.

A partir daí, ele ganhou interação com a Federação do Trabalhador na Agricultura do Estado de São Paulo, FETAESP, Estado do Rio de Janeiro, FETAG-RJ, e mais tarde com todo o sistema CONTAG. Interagiu com representantes do INCRA, MST, FETRAF, CNA, OCB, Indígenas, Quilombolas, identificando carências, e potencialidades comuns a todos os produtores dentre os diversos públicos. Passou pela análise de juristas, promotores, órgãos ambientais, ONGs, absorvendo o conceito legal e ambiental na sua gestão. Também interagiu com empresas de expertise comercial, análise de mercado, comunicação corporativa, certificação de REDD, agregando o conhecimento destas empresas ou profissionais, na concepção do expertise operacional, e valorização do Programa.

CONTEXTO:

O Programa Florestar Brasil parte do princípio de que a floresta é o maior patrimônio econômico da nação brasileira, e como tal, deve ser reproduzida em escala exponencial. Para tanto, equaciona os múltiplos interesses da sociedade, em um plano nacional de desenvolvimento sustentado, que seja factível, e que resolva as questões sociais, econômicas e climáticas do século XXI.

O mercado de títulos ambientais onde o Programa Florestar Brasil almeja vender os seus ativos é aquele formado por investidores que se utilizam do relatório do CDP (Carbon Disclosure Project), como guia de análise dos seus investimentos no mercado de capitais (juntos somam mais de sessenta e quatro trilhões de dólares). A principal característica das empresas que compram títulos de sequestro de carbono é a forma como avaliam o "risco" de cada modalidade de compensação. Qualquer empresa que pretenda comprar títulos ambientais, antes quer saber:

- 1- O que ela vai ganhar com isto?
- 2- Qual é a garantia de sustentabilidade do projeto?
- 3- Como serão alcançadas as metas pretendidas?
- 4- Qual é o nível de envolvimento da sociedade e do poder público com o projeto?
- 5- Qual é o retorno social, econômico, e ambiental, direto, e indireto?
- 6- Quem confere e certifica?
- 7- Quem é o gestor?
- 8- Qual é a linha do tempo do projeto?
- 9- Qual é a sua dimensão, e capacidade de reprodução?
- 9- O que fica, depois que ele estiver concluído?

E assim por diante... Na verdade, a empresa quer mensurar o valor do que ele está comprando, ou seja, qual será o resultado promocional da sua marca. As empresas tem a

responsabilidade de apresentar lucro aos seus investidores, e portanto buscam no mercado de títulos, papéis que apresentem o máximo de garantia de retorno aos seus investimentos.

Em função das mudanças climáticas, as empresas se preocupam cada vez mais em apoiar grandes projetos, que produzam resultados críveis, mensuráveis, e que sigam os preceitos da trilogia da sustentabilidade, ou seja, inclusão social, desenvolvimento econômico, e promoção ambiental.

Sob este prisma, o Programa Florestar Brasil começa analisando as principais carências comuns aos pequenos proprietários rurais: Infra-estrutura, equipamento, informação, capacitação, escala, logística, tecnologia, certificação, e regularização, ou seja, todas as características que um setor produtivo precisa ter para ser competitivo, e sobreviver no mercado.

E dos seus principais predicados: organização de classe, identidade florestal, dimensão territorial, número de trabalhadores, e cultura solidária, ou seja, todas as características necessárias para a criação de um programa nacional de desenvolvimento agrário solidário, que agregue a produção de milhões de pequenos produtores rurais, como meio de competir no mercado global.

Por isto o Programa Florestar Brasil centraliza as suas operações em uma empresa de natureza pública privada, a fim de atingir e otimizar resultados, tais como:

_ Aprovar a metodologia, e fazer a auditoria dos projetos de REDD+ são caros, e são viáveis apenas em grandes plantios. Quanto maior a área destinada ao florestamento, menor será o custo por hectare, ou unidade familiar.

_ A escala do atendimento barateia investimentos em marketing, processos de gestão, capacitação, logística, certificação, regularização, e auditoria, pulverizando o valor, por milhões de unidades rurais.

_ A participação pública do Estado é fundamental para dar segurança ao mercado comprador dos títulos ambientais, pois é isto que esperam os stakeholders, como forma de garantir o cumprimento da legislação, e de estar sincronizado com o plano nacional de desenvolvimento do governo. Em destaque, a sinergia do "florestar" com outros programas de governo, tais como: "combate à miséria, luz no campo, territórios da cidadania, assistência técnica rural (ATER), financiamento da agricultura familiar (PRONAF), entre tantos outros, que nos custam dezenas de bilhões de reais por ano.

_ A contratação de serviços de expertise é orientado pela melhor relação custo/ qualidade/ benefício, tais como: marketing, publicidade, confecção de material didático, certificação internacional, auditoria, entre outros, cabendo ao núcleo da "empresa gestora" funcionar como uma "Central de Inteligência" do empreendimento, terceirizando os serviços complementares, às empresas top de mercado.

_ A centralização do gerenciamento em uma única estrutura, resulta em economia na compra de equipamentos, tecnologias e insumos, assim como na integração do plano de produção, logística e acesso a novos mercados.

_ Como Programa de Estado, o investimento é distribuído equitativamente entre as propriedades familiares, independente da quantidade de área/ unidade destinada à recuperação florestal, pois a meta é oferecer a mesma oportunidade a todos os participantes, inclusive aos agricultores que já tiverem a sua situação regularizada.

_ Para garantir a continuidade da assistência especializada em caráter permanente após o período de trinta meses do apoio do Programa, o agricultor se tornará sócio mantenedor da estrutura administrativa da empresa através da sua cooperativa, ou seja, ao final serão as cooperativas as clientes/ contratantes da Joint-Venture.

_ O conselho administrativo desta empresa será composto por representantes das entidades públicas, privadas, e sindicais que forem parceiras do Programa.

A estruturação do trabalho inicia-se pela formalização da Parceria Pública Privada. Suas primeiras ações são: produzir master-plan, criar marca e plano de marketing, certificar ativo ambiental, e desenvolver processos de atendimento.

A partir daí, listamos os sete passos básicos de campo do Programa Florestar Brasil:

- 1- Identificar público-alvo, difundir programa, e contratar parceria de florestamento.
- 2- Fazer diagnóstico social ambiental e de mercado.
- 3- Equipar a organização sindical de apoio.
- 4- Prestar assistência técnica ao produtor.
- 5- Equipar a propriedade e capacitar o produtor.
- 6- Certificar a produção e regularizar a propriedade.
- 7- Equipar a comunidade com central de beneficiamento estoque e comércio.

Identificar público-alvo, difundir o Programa, e contratar parceria com o produtor são tarefas de apoio das organizações do campo, depois que elas estiverem devidamente equipadas e capacitadas para o feito.

Praticamente todos os agricultores brasileiros encontram-se filiados a alguma organização rural. São milhares de escritórios sindicais espalhados por todo o país, com diretoria composta, e em pleno funcionamento, o que facilita contratar uma obra de tamanho vulto, num curto espaço de tempo. A organização deste trabalho está dividido por; estados, regiões, municípios, e comunidades. As federações estaduais dos sindicatos receberão apoio de transporte, comunicação, ajuda de custo, e todo equipamento necessário para dimensionar e organizar o atendimento.

Após contratar o produtor e constituir a cooperativa, o passo seguinte é elaborar os diagnósticos e levantamentos que irão orientar todo o processo de atendimento. Os dados sociais econômicos ambientais das propriedades são coletados pelo assistente nas

primeiras visitas técnicas de campo. Os levantamentos primários de mercado dos comércios locais têm a participação direta da comunidade rural, para que ela obtenha além dos dados, uma maior percepção da expectativa do consumidor.

Levantamentos geo-referenciados são da responsabilidade do INPE (parceiro). Levantamentos secundários de mercado são fornecidos pelo IBGE (parceiro). Classificação ambiental é da responsabilidade do IBAMA, e ou, DEPRN (departamento estadual de proteção ao meio-ambiente), e ou, empresa credenciada. A análise do cruzamento de dados é feita por empresa ou equipe especializada (parceira ou contratada), e as informações são colocada à disposição da comunidade, para que ela possa tomar as melhores decisões nas questões relacionadas à sua atividade, tais como: o que produzir; grau de beneficiamento; avaliação do equipamento necessário; equação produtiva entre os sítios; entre outras.

O agricultor é capacitado via digital, e presencial, através de aulas acompanhadas de assistência técnica na propriedade. A escolha de capacitá-lo através de filme transmitido via internet, vem da necessidade em lhe transferir conhecimento de ponta com qualidade, a baixo custo, e em linguagem adequada (em quase setenta por cento dos casos, ele é analfabeto, ou alfabetizado funcional). Os cursos presenciais seguem o modelo do SENAR (parceiro), com um final de semana por mês de atividades coletivas de campo, praticadas como reforço do aprendizado teórico. A cooperativa/ comunidade é autônoma para tomar as suas próprias decisões, e encontrar o melhor caminho para o sucesso do empreendimento.

A "Agência de Fomento" se propõe a levar as informações, os instrumentos, e ensiná-los a operar, mas as decisões regionais ficam por conta das comunidades e suas cooperativas, partindo-se do princípio que as decisões locais são em geral as mais adequadas. No entanto, estas decisões se orientam por regras e procedimentos pré-estabelecidos na época do contrato de adesão ao Programa. As comunidades são organizadas em cooperativas municipais de produção, e integradas ao "Sistema Florestar Brasil", em escala regional, estadual, e federal. Após o término do incentivo, as cooperativas passam a compor uma associação, como contratante e mantenedora dos serviços prestados pela Agência de Fomento (ou joint-venture mista).

A assistência na propriedade consiste de uma visita mensal executada por técnico em agronomia, com duas horas de duração, e é prestada preferencialmente por membro da comunidade, ainda que este tenha baixa capacitação. Para que ele tenha um bom desempenho ele será equipado com transporte e curso de capacitação digital, e aula coletiva de campo, além de contar com a supervisão de um agrônomo via "web". Ele será treinado para identificar as características de cada agricultor/ propriedade, preenchendo um relatório que é encaminhado ao "agrônomo de apoio", acompanhado de foto e vídeo, via internet, especificadas as características de cada atendimento, informações que automaticamente serão salvas no banco de dados.

O agrônomo recebe o relatório da visita técnica via web, faz uma análise do material, e responde diretamente ao agricultor (também via web), com cópia ao assistente, e registro

automático no banco de dados (atendimento de vinte minutos por propriedade). O agrônomo contará com o apoio técnico das universidades e institutos de pesquisa que se associarem ao Programa, para levar ao agricultor, conhecimento de qualidade. Mensalmente, cada assistente realiza 100 visitas técnicas, enquanto o agrônomo realiza 400 assistências de apoio ao assistente de campo/ agricultor, viabilizando o custo do atendimento técnico.

A propriedade é equipada com; computador para capacitação do agricultor; kit de viveiro florestal e insumos; kit de apiário, piscicultura, avícola; e outros equipamentos, quando considerados essenciais para atender situações regionais específicas (ex: irrigação, plasticultura, energia elétrica, barraginhas, etc.). O fornecimento dos kits de criação visam completar o sistema agro-ecológico; as abelhas para polinizar a plantação; a criação de peixes e aves para fornecer o estrume a ser usado na composição dos fertilizantes naturais. A idéia é criar uma base de experimentação empírica de agro-ecologia, para que o agricultor possa planejar o seu investimento com segurança.

Vale frisar mais uma vez, o objetivo de estar sempre promovendo a intensa participação dos agricultores em todas as etapas da instalação, "compartilhando a responsabilidade pelo sucesso do empreendimento", e usando-a como ferramenta para alcançar o resultado almejado.

Industrializar, e equipar a comunidade para beneficiar os seus produtos é outro aspecto fundamental do apoio do Programa. Por isto é preciso planejar muito bem as instalações e os equipamentos da "central de beneficiamento, administração, e estoque de produtos". Esta é a última fase do trabalho, quando os diagnósticos já tiverem sido discutidos e analisados por tempo suficiente, pela comunidade. A "Central" também abriga atividades de capacitação e convivência, mini estação de meteorologia, laboratório básico de análise de solo, estrutura de primeiros socorros, e atendimento clínico.

Também é fundamental diversificar a pauta de produtos na propriedade rural, e aproximar a distância entre o produtor e o consumidor. Por um lado, interessa que o agricultor tenha a sua renda baseada em uma cesta de produtos com a maior diversidade possível, diminuindo o risco de que a "quebra de safra", também venha a significar "quebra de renda". E por outro lado nos interessa reduzir o custo de logística, e conseqüentemente, o preço do produto final ao consumidor.

Embora quase todos os sindicatos já tenham um advogado de rotina, o Programa reforça o seu trabalho, disponibilizando assistência jurídica de primeira linha, sistematizando processos de assistência e informação, via digital, melhorando assim a qualidade e a celeridade no atendimento ao agricultor.

Há uma enorme carência de topógrafos disponíveis no INCRA, para regularizar as propriedades destinadas aos assentamentos da reforma agrária. No entanto, a condição fundiária é um item fundamental para a atividade rural, e por isto o Programa prevê fazer investimento complementar na contratação destes profissionais, com o objetivo de

acelerar os processos de regularização fundiária e ambiental onde se mostrarem necessários, muitos dos quais se estendem ao longo de anos, e por vezes, décadas.

Outra preocupação é capacitar os gestores das organizações sindicais com curso de capacitação de gestão via digital, para que ele desempenhe o máximo da sua capacidade administrativa, assim como os funcionários, fortalecendo a enorme estrutura sindical presente por todo o Brasil. Cada comunidade terá o seu sinal de internet, e cada agricultor terá o seu equipamento de comunicação via web, possibilitando uma interatividade muito maior entre eles, os sindicatos, e o Programa.

Observação: "segundo levantamentos do IBGE, a pobreza está diretamente relacionada com o baixo índice de industrialização de uma região, ou de uma determinada comunidade, e localizada principalmente na área rural, sempre associada à prática da agricultura rudimentar (quadro que se repete pelo mundo)". Seus estudos concluem que, "a menos que haja uma política pública de governo, e que esta política tenha como meta específica resolver as deficiências do campo, a tendência é que este quadro irá progredir até o seu esgotamento, resultando no êxodo rural de milhões de lavradores brasileiros".

Outra constatação preocupante é a degradação das terras abandonadas, e a difícil adaptação do retirante à sua nova realidade urbana. Estas considerações nos levam a concluir, o quanto é importante investir na agricultura familiar, como estratégia nacional para erradicar a pobreza, e ao mesmo tempo para resgatar o valor das nossas florestas.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO PROGRAMA

O QUE É: UM PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTADO, que tem por objetivo organizar, equipar e capacitar o produtor rural, instalando sistemas agro-florestais nas propriedades de até quatro módulos fiscais.

QUEM FAZ: UMA EMPRESA PÚBLICA PRIVADA DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL, comandada por uma Joint-Venture Mista, responsável em desenvolver a expertise de instalação do Programa.

COM QUEM: COM AS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO, parceiras que facilitarão a instalação do empreendimento, responsáveis por ajudar a desenvolver a metodologia de implantação, orientar processos, indicar parceiros, identificar carências, organizar atendimento, e a avaliar resultados.

ONDE: EM QUATRO MILHÕES DE PROPRIEDADES RURAIS, com um passivo florestal estimado em trinta milhões de hectares, localizados em comunidades de pequenos produtores, assentados, quilombolas, indígenas, faxinalenses, ou sem-terras.

QUANDO: PERÍODO DE 2.011 A 2.021. A meta é contratar o plantio florestal de trinta milhões de hectares de floresta até o final de 2.018, sendo que a instalação total do programa ocorrerá até o final de 2.021.

COMO: FINANCIADO PELA VENDA DE COMODITE AMBIENTAL, ou títulos referentes ao sequestro de carbono da atmosfera, precificados e certificados segundo os critérios da ONU/ IPCC, hoje, avaliados em quatro mil dólares por hectare de floresta plantada (dez dólares por tonelada de carbono, quatrocentas toneladas por hectare). Estima-se realizar um investimento total de cento e vinte bilhões de dólares, para florestar um passivo de trinta milhões de hectares.

OBJETIVOS GERAIS DO PROGRAMA

- Criar agência de apoio ao pequeno produtor.
- Disponibilizar mecanismo da venda de serviço ambiental.
- Capacitar e prestar assistência técnica rural em sistemas agro-florestais.
- Desenvolver marketing e gestão comercial para a agricultura familiar.
- Equipar a propriedade, o produtor, e as suas comunidades.
- Elaborar cadastro com análise e cruzamento de dados.
- Certificar produtos e processos de produção.
- Regularizar a condição fundiária e ambiental da propriedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar público-alvo, difundir programa, e contratar parceria.
- Fazer diagnóstico social ambiental e de mercado.
- Equipar a organização sindical de apoio.
- Prestar assistência técnica ao produtor.
- Equipar a propriedade e capacitar o produtor.
- Promover a marca da agricultura familiar.
- Certificar produção e regularizar propriedade.
- Equipar a comunidade com central de beneficiamento estoque e comércio.

AÇÕES ESTRUTURANTES

Formalizar Empresa de Fomento.
Desenvolver master-plan.
Estabelecer parceria pública privada.
Certificar ativo ambiental do programa.
Desenvolver marca e plano de marketing.

AÇÕES ORGANIZACIONAIS

Apresentar o programa às organizações sindicais.
Estabelecer cronologia de atendimento ao produtor.
Estabelecer apoio operacional e ajuda de custo.
Apresentar o programa aos produtores.
Contratar o plantio florestal.
Organizar e constituir cooperativa comunitária.

LEVANTAMENTOS

Diagnóstico social econômico e ambiental.
Diagnóstico tecnológico, equipamento, infra-estrutura, e comercial.
Pesquisa de mercado, e arranjo produtivo comercial.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Contratação de assistente.
Contratação de agrônomo.
Curso digital de capacitação para assistência técnica.
Equipamento com transporte, comunicação, e registro de dados.
Ajuda de custo operacional.

EQUIPAMENTO PRODUTOR/ PROPRIEDADE

Equipamento digital para capacitação do produtor.
Curso digital de capacitação agro-florestal.
Curso presencial de capacitação em campo.
Kit de viveiro florestal, kit de criação animal, e outros insumos.

EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO

Prédio da central comunitária.
Mobiliário e utensílios de escritório.
Equipamentos industriais.
Patrulha agrícola.

REGULARIZAÇÃO/ CERTIFICAÇÃO

Elaboração e registro do plano de manejo florestal.
Regularização fundiária/ ambiental.
Certificação de produtos e processos.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Escolha dos Municípios: Capacidade de suporte do sindicato regional; Interesse da comunidade rural; Número de produtores e produtividade; Tamanho do mercado local; Proximidade de remanescente florestal; Estoque florestal de espécies econômicas; Estoque de biodiversidade.

Escolha das Propriedades: Interesse do produtor; Nível sócio econômico; Cultura agrônômica e florestal.

Escolha das Espécies: Retorno econômico; Viabilidade ambiental; Biodiversidade; Endemismo.

Equação Florestal: Espécies frutíferas nativas; Espécies frutíferas exóticas; Espécies oleaginosas; Espécies nativas de ciclo curto; Espécies nativas de ciclo médio; Espécies nativas de ciclo longo; Espécies exóticas; Espécies funcionais.

DIAGNÓSTICOS

Levantamento geo-referenciado: Das unidades até quatro módulos; Dos remanescentes florestais; Das áreas de proteção ambiental.

Na Propriedade:

Perfil dos moradores: nível cultural, profissão, renda, idade, etnia, tradição; Perfil produtivo comercial: aspectos ecológicos, área produtiva, área ociosa, produtos, produtividade, clientes, valor, frequência de comercialização, perdas, logística; Equipamentos e máquinas: ano de fabricação, marca e modelo, quantidade.

Primária de Mercado:

Supermercados, quitandas, feiras, restaurantes, hotéis, lanchonetes, floriculturas, e outros comércios; Produtos agrícolas: não beneficiados, com pouco beneficiamento, e industrializados.

Secundária de Mercado: Número de habitantes no município; Perfil sócio-econômico; Perfil e quantidade de estabelecimentos comerciais; Principais rotas e destinos de comercialização.

ITENS DE INVESTIMENTO

Central de Inteligência e Gestão: Prédio; Equipamentos; Gestores; Equipe técnica; Consultores; Auditores.

Serviços: Zoneamento rural; Zoneamento ambiental; Zoneamento sócio-econômico; Assistência comercial; Assistência gerencial; Assistência tecnológica; Marketing; Assistência jurídica.; Regularização fundiária; Certificação ambiental; Certificação comercial; Sistematização de processos; Material didático; Banco de dados; Auditoria interna e externa.

Central do Produtor: Lote de terra; Construção civil; Equipamento de administração.; Equipamento de comunicação; Equipamento de extensão rural e educação; Equipamento

de esporte e convivência; Equipamento de beneficiamento; Equipamento de estocagem; Equipamento de comercialização; Equipamento de transporte; Maquinário agrícola; Equipamento de primeiros socorros; Oficina de marcenaria, marchetaria, e artesanato; Laboratório de análise de solo, e foliar; Estação climática.

Propriedade: Ferramentas; Mão de obra; Insumo agrícola; Semente florestal e alimentícia; Fertilizante e defensivo natural; Viveiro florestal; Irrigação; Equipamento complementar.

Sindical:

Comunicação eficiente; Equipamento de escritório; Transporte; Ajuda de custo; Assistência jurídica e gestão.

Assistência Técnica:

Equipamento de comunicação, com câmera, registro escrito, e GPS; Transporte; Salário; Capacitação.

Capacitação digital do Agricultor: Gestão econômica, e sustentabilidade rural; Cooperativismo, e associativismo; Ciência do solo, e vida micro-biológica; Manejo de solo, e sistemas de irrigação; Controle de pragas, e tecnologias alternativas; Fertilizantes naturais, e biológicos; Princípios do sistema de produção agro-ecológica; Mercado orgânico e solidário; Olericultura, floricultura, e plasticultura; Criação animal, avicultura, apicultura, e piscicultura; Criação de aves e animais silvestres; Eco-turismo Rural, e artesanato; Sistemas de construção e saneamento rural; Proteção dos recursos hídricos, e APPs; Noções de ética, direito individual, coletivo, e familiar; Valorização da cultura, formação política, e sindical.; Prevenção, e combate aos incêndios florestais.

RESULTADOS ESPERADOS

Promover o sistema agro-florestal no campo, como meio de gerar riqueza e fixar a população rural.

Desenvolver um mecanismo simplificado para plantar, manejar e certificar floresta nativa na pequena propriedade.

Estabelecer um estoque estratégico de floresta plantada, permitindo ao país ingressar na era da economia verde.

Tornar o produtor competitivo no mercado das pequenas cidades, transferindo PIB ao interior do Brasil.

Reduzir a necessidade de expandir o território agrícola, aumentando a produtividade rural e recuperando áreas degradadas.

Planejar a cadeia produtiva rural, para diminuir o desperdício e a oscilação de preços.

Gerar milhões de novos empregos no campo, ampliando a base de consumo do mercado interno.

Criar banco integrado de dados, e desenvolver sinergia entre os diversos agentes de apoio ao meio rural.

Derrubar as barreiras comerciais impostas aos produtos nacionais em virtude do desmatamento.

Superar as metas ambientais brasileiras assumidas em tratados internacionais.

INDICADORES

Cotação dos ativos ambientais; Índice de popularidade do programa; Utilização pública do cadastro de informações; Participação dos produtores e da rede sindical; Participação da sociedade; Qualidade do arranjo produtivo e comercial; Incremento tecnológico; Demanda de mercado; Qualidade e variedade de produtos; Custo de produção; Produtividade; Variação de área produtiva; PIB rural; Índice de alfabetização.; Fixação do homem no campo; Número de postos de trabalho; Qualidade ambiental das propriedades; Beleza paisagística; Biodiversidade; Nível de desenvolvimento humano; Preservação do conhecimento tradicional.

INTERAÇÕES INFORMAIS

INPE, EMBRAPA Solo / Floresta, SEBRAE, SENAR, EMATER, CATI, FUNDAG, CONAB, CEPEA, OCB, IPEA. FGV-AGRO, ESALQ-USP, PUC, Universidade de Viçosa, IBD, IPEMA, Jardim Botânico, BIO-RIO, CEBDS, Instituto Ecológica, Instituto da árvore, Nature Conservance, Green Peace, MMA, MDA, SMA/ RJ, SMA/ SP, SMA/ ES, BANDES, Rede Globo, Media Group, Golf Partners, Delloite, Pricewaterhouse, Pinheiro Neto Advogados, Rubens Naves Advogados, WMcCann, Zero Emissions do Brasil, Eco Securities, MST/ RJ, FUNAI, CUT, CTB, Lideranças Sindicais das 27 Federações Estaduais do Trabalhador na Agricultura do sistema CONTAG.

AUDIÊNCIAS OFICIAIS

STTR de Ubatuba; Sindicato do trabalhador e da Trabalhadora Rural.

FETAESP; Federação do Trabalhador na Agricultura do Estado de São Paulo, e 70% dos sindicatos filiados.

FETAG RJ; Federação do Trabalhador na Agricultura no Estado do Rio de Janeiro, e 80% dos sindicatos filiados.

FETAES; Federação do Trabalhador na Agricultura do Estado do Espírito Santo, e 30% dos sindicatos filiados.

CONTAG; Confederação do Trabalhador na Agricultura, em Brasília.

INCRA Meio Ambiente RJ / DF.

Excelentíssimo Deputado Federal Aldo Rebelo, relator do novo código florestal,.

BNDES; com a presença do Excelentíssimo Presidente Luciano Coutinho.

BIO-RIO; Pólo de Biotecnologia - candidato a ser o proponente do piloto junto ao BNDES.

CONCLUSÃO FINAL

BRASIL, O PAÍS G1 DA FLORESTA SOCIAL

A comunidade internacional aguarda ansiosamente pela aprovação do novo "código florestal" brasileiro, e não é para menos, afinal, o futuro do planeta está intimamente ligado à decisão deste pleito.

Motivo; _ "as nossas florestas têm mais carbono apreendido em si, do que o total existente na atmosfera", ou seja, não será possível fechar a conta mundial das mudanças climáticas, sem a participação do Brasil.

O Congresso terá a difícil missão de atender o anseio internacional do equilíbrio climático

da Terra, ao mesmo tempo em que terá que atender os interesses da população brasileira, principalmente da população rural, os únicos habilitados para promover e proteger os bens da floresta.

E deve fazê-lo aprovando uma legislação ambiental que consolide a nossa condição de "G1 do meio-ambiente", capaz de propor um novo modelo de desenvolvimento sustentado, que produza riqueza, matéria-prima renovável, distribua renda, estimule a economia, restaure a biodiversidade, e que sirva de exemplo e inspiração a outras nações.

O mito da sustentabilidade pela exclusão humana, se desfaz pelo seu próprio histórico de fracasso. Apesar do Brasil possuir uma legislação ambiental severa e punitiva, a lógica do desflorestamento permanece em nosso país como fato recorrente, ainda que em menor escala.

E o motivo é um só; "o homem que vive da terra, foi excluído da equação legal". A legislação vigente se esqueceu de considerar que o povo da floresta é quem pode protegê-la. Ela não levou em conta a nossa imensa vantagem comparativa no setor agrícola, quanto ao clima, território, mão de obra, e tecnologia.

Desprezou a viabilidade do país adotar uma política nacional de economia sustentada, baseada na multiplicação exponencial da floresta, e sua biodiversidade. Ignorou o fato de que o desenvolvimento rural e a promoção ambiental, na verdade são virtudes simbióticas e auto-complementares.

Preferiu adotar o caminho da punição, quando é sabido que é muito mais eficiente adotar o caminho da premiação. Aliás, este é o maior paradoxo da legislação atual: nenhum agricultor até hoje foi estimulado a "fazer direito", quando na maioria das vezes "sequer sabia que fazia errado".

Por isto hoje o congresso tem a obrigação de aprovar uma legislação que conduza o país a um nova era de desenvolvimento rural, mais verde e inclusiva, capaz de se sustentar no tempo, e de respeitar o direito à vida das futuras gerações.

A agricultura familiar brasileira quando vista no seu todo retrata a magnitude de um gigante adormecido em berço esplêndido. São mais de cem milhões de hectares de terra lavrados por trinta milhões de trabalhadores, um conjunto superlativo capaz de compor a maior associação "**eco-produtiva**" do mundo.

O Brasil precisa tratar da pobreza rural, e da devastação florestal no seu cerne, compreendendo que elas caminham juntas, como no exemplo das queimadas, que hoje representam mais da metade das emissões nacionais de gases do efeito estufa. Elas poderiam ser tranqüilamente evitadas, se os agricultores fossem capacitados e equipados para não porem fogo na floresta, enquanto manejam seus pastos (origem de oitenta por cento dos focos de incêndio no Brasil).

Olhada sob qualquer ângulo, a questão da sustentabilidade é uma oportunidade histórica para que o Brasil venha a se destacar como o país do futuro.

Os combustíveis de origem fóssil estão com os seus dias contados, ou pela exaustão das suas reservas, ou pela sua condição poluidora, e fatalmente serão substituídos por outras fontes de matéria-prima menos danosas ao meio-ambiente. Entre as várias opções atuais,

nenhuma delas é mais factível, sustentável, e definitiva do que a proveniente da floresta.

Todas as indicações científicas, tecnológicas, ambientais, sociais, e comerciais apontam na direção florestal, fato que fundamenta um novo paradigma econômico, no qual, "quanto maior for o consumo, maior será a encomenda por novos plantios de floresta, maior será a conservação da biodiversidade, maior será a distribuição de renda, maior será a oportunidade para a criação de novos negócios, e maior será o sequestro de carbono da atmosfera terrestre".

Segundo a FAO, bastariam trezentos milhões de hectares de florestas plantadas com fins energéticos, para substituir toda a produção atual de energia de origem fóssil.

E é sob esta perspectiva que as autoridades brasileiras devem propor um novo modelo de desenvolvimento sustentado para o mundo, que possa ser executado ao longo das próximas décadas, e que seja capaz de se sustentar ao longo do próximo milênio.

Nosso planeta abriga um bilhão de famintos, e um bilhão de hectares de solo degradado, dois problemas que dependem da implantação de políticas públicas para a sua reversão. Energia é sinônimo de desenvolvimento econômico, e a floresta é "pura energia solar convertida em biomassa", e a melhor forma para recuperar solos degradados.

Um bilhão de famintos, um bilhão de hectares degradados, um hectare degradado por habitante excluído, um precisando do outro para sobreviver. Sem a tutela do estado, boa parte da agricultura familiar está fadada a desaparecer em qualquer lugar do planeta.

As autoridades internacionais têm que assimilar a sua responsabilidade neste desencontro, criando mecanismos que os aproximem, e o Brasil pode ser o protagonista desta cruzada. A pobreza e a degradação não interessam a ninguém, e isto tem que ser assimilado por todos os chefes de estado, e por toda a sociedade. O mapa do desflorestamento está intimamente ligado ao da pobreza, e não haverá solução ambiental em nenhum país do mundo, onde ainda persistir o cenário da pobreza.

É importante frisar que a ciência ainda não foi capaz de superar a fábrica de insumos e de matéria-prima renovável, que Deus já havia inventado há muito tempo. Então, abençoada seja a mãe natureza, e os preceitos da sua soberania. A floresta, é sinônimo de fartura e equilíbrio. Nela, a vida conspira em favor da vida. Por milênios a floresta foi a mãe do progresso da humanidade, e agora é mais do que justo, que o homem retribua a sua generosidade histórica, reatando este relacionamento de sucesso.

Este trabalho é um convite à reflexão do legislativo brasileiro, mediante a necessidade em aperfeiçoar os fundamentos que irão reger o novo código florestal.

_ "A floresta é a única fonte inesgotável de recursos naturais da Terra, motivo pelo qual devemos inseri-la em nossa economia. Este é o melhor caminho, e a única forma de preservá-la, devolvendo-lhe o seu valor comercial. O agricultor planta o feijão, porque ele lhe dá o sustento. Para que a floresta lhe seja atrativa, ela também terá que lhe servir ao sustento".

A lógica da "preservação florestal pela exclusão humana" tem que ser abolida de vez da constituição brasileira. Este é um falso paradigma com o qual convivemos durante as últimas décadas, apesar do seu infundável histórico de insucesso.

Plantar floresta é a única solução crível para reverter o quadro das mudanças climáticas, garantir a sustentabilidade da economia mundial, e assegurar o direito a uma vida saudável e abundante das futuras gerações, razão pela qual convidamos a todos;

Vamos Florestar o Brasil!

Eu floresto, e você?

humberto@florestarbrasil.com.br

www.florestarbrasil.com.br

fone: 12 8132-9423